

Brasil define as linhas gerais das conversações

O Brasil já definiu, em linhas gerais, como pretende desenvolver a negociação de sua dívida de 61,3 bilhões de dólares com os bancos estrangeiros num prazo de 16 anos, com sete de carência. A questão mais importante é que o País quer que seja incluída uma cláusula no contrato que preveja explicitamente que, se houver choques inesperados no setor externo, como elevações das taxas de juros, seja aberta uma "facilidade especial", isto é, uma linha de crédito dos bancos para financiar o balanço de pagamentos.

Além disso, desde já o Brasil definiu que não aceita, também, uma cláusula de que não alterará as regras de sua política em relação aos créditos externos. Outra decisão, mas esta em nível de Fundo Monetário Internacional (FMI), é de que o Brasil transformará o seu crédito junto ao Fundo, cujo montante é em torno de US\$ 1,6 bilhão, em *stand by* por 18 meses. Com isto, o Brasil não

utiliza estes recursos, mas os deixa à disposição por um ano e meio para qualquer eventualidade.

Ontem, o coordenador do subcomitê de Economia dos bancos credores, Douglas Smee, passou o dia no Banco Central revisando os números do desempenho da economia brasileira do trimestre. Como de praxe, ele recusou-se a conversar com a imprensa ou simplesmente ser fotografado, mas fonte do setor revelou que técnicos do Banco Central mostraram-lhe números favoráveis, que poderão agilizar a assinatura do contrato para prorrogar, por 90 dias, a parcela da dívida que vence em 31 de maio.

O Brasil conseguiu uma diminuição do déficit em conta corrente (balança comercial e conta de serviços) de 2,5 bilhões de dólares para 2 bilhões de dólares pela diminuição das taxas de juros internacionais (*libor* e *prime-rate*) e redução em 200 milhões de dólares das importações.